# Contratação de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC

Atualizado com Base em Conformidade com as NOVAS INS 01/2019 e 02/2019 e a Jurisprudência do TCU.

## Apresentação

As Instruções Normativas nº 01/2019 e nº 02/2019 dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP do Poder Executivo Federal. Com o advento dos normativos, gerou-se uma profunda demanda por formação, desenvolvimento e capacitação de gestores da área de TI no âmbito da Administração Pública, fato que corrobora a justificativa e relevância do presente curso.

O curso tem por objetivo instrumentalizar os participantes para execução do planejamento da contratação, seleção de fornecedores e fiscalização do contrato de serviços e bens de tecnologia da informação para o setor público. Além disso, são objetivos do treinamento:

Dar subsídios aos participantes para elaboração de planilhas de custo formadora de preços de bens e serviços de tecnologia da informação. Construção de conhecimento e catalogar de forma instrumental os temas atuais mais polêmicos relativos à contratação de bens e serviços de TI sob a ótica da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e das regras jurídicas gerais que regem as licitações e contratos.

## Objetivo

Instrumentalizar os participantes para execução do planejamento da contratação, seleção de fornecedores e fiscalização do contratos de serviços e bens de tecnologia da informação para o setor público. Além disso:

- Dar subsídios aos participantes para elaboração de planilhas de custo formadora de preços de bens e serviços de tecnologia da informação.
- Construção de conhecimento e catalogar de forma instrumental os temas atuais mais polêmicos relativos à contratação de bens e serviços de TI sob a ótica da jurisprudência

do Tribunal de  Contas da União (TCU) e das regras jurídicas gerais que regem as licitações e contratos administrativos.

# Público-alvo

Integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, que atuem nas áreas de tecnologia da informação como gestores de contrato, compradores, especificadores ou que sejam tomadores de decisão envolvidos com governança de TI.

# Programa

**Introdução**

- Governança de TI.
- O modelo Cobit 4.1 aplicado à Administração Pública.
- As Estratégias Gerais de TI.

**Planejamento Institucional**

- Introdução
- Instrumentos de Planejamento Institucional
- A TI no Planejamento Institucional

**Planejamento De Tecnologia Da Informação**

- Introdução
- Funções do Planejamento de TI
- Plano Diretor de TI

**Modelo de Contratação de Soluções De TI**

**Atores do Modelo de Contratações de Tecnologia da Informação**

**Planilha de Custos de Formação de Preços**

**Planejamento Da Contratação De Soluções De TI**

- Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação
- Estudo Técnico Preliminar da Contratação
- Análise de Riscos
- Termo de Referência ou Projeto Básico

**Seleção do Fornecedor de Soluções de TI (SFTI)**

**Gerenciamento do Contrato de Solução de TI**

- Iniciação da Gestão do Contrato.

  – GCTI-P1.1 – Elaborar Plano de Inserção;
  – GCTI-P1.2 – Convocar Reunião Inicial;
  – GCTI-P1.3 – Realizar Reunião Inicial;
  – GCTI-P1.4 – Alterar Ata;
  – Ator: Gestor do Contrato;
  – Ator: Fiscal Técnico do Contrato;
  – Ator: Fiscal Requisitante do Contrato;
  – Ator: Fiscal Administrativo do Contrato;
  – Artefato: Plano de Inserção;
  – Artefato: Termo de Compromisso;
  – Artefato: Termo de Ciência.

- Elaboração de Ordem de Serviço ou de Fornecimento.

  – Definição e especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos;
  – Volume de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos, segundo as métricas definidas;
  – Cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e

– Identificação dos responsáveis pela solicitação do bem ou serviço na Área Requisitante da Solução.

- Monitoramento da Execução.

  – GCTI-P3.1 – Receber Objeto;
  – GCTI-P3.2 – Elaborar Termo de Recebimento Provisório;
  – GCTI-P3.3 – Avaliar Qualidade;
  – GCTI-P3.4 – Analisar Desvios de Qualidade;
  – GCTI-P3.5 – Encaminhar Demandas de Correção;
  – GCTI-P3.6 – Efetuar Correções;
  – GCTI-P3.7 – Verificar Aderência aos Termos Contratuais;
  – GCTI-P3.8 – Indicar Termos Não Aderentes;
  – GCTI-P3.9 – Encaminhar Sanções Para Área Administrativa;
  – GCTI-P3.10 – Elaborar Termo de Recebimento Definitivo;
  – GCTI-P3.11 – Autorizar Emissão de Nota Fiscal;
  – GCTI-P3.12 – Emitir Nota Fiscal;
  – GCTI-P3.13 – Verificar Irregularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias;
  – GCTI-P3.14 – Verificar Manutenção da Necessidade, Economicidade e Oportunidade;e
  – GCTI-P3.15 – Encaminhar Pedido de Alteração Contratual.

- Transição Contratual.

  – Mecanismos de transição contratual.

- Encerramento do Contrato o Plano de Sustentação Contratual.

- Artefatos da Gestão dos Contratos de TI

  – Análise de Riscos;
  – Termo de Referência ou Projeto Básico;
  – Plano de Inserção;
  – Termo de Ciência;
  – Termo de Compromisso;
  – Ordem de Serviço;
  – Termo de Recebimento Provisório;
  – Termo de Recebimento Definitivo; e
  – Termo de Encerramento do Contrato.

# Instrutor

## Alberto Almeida dos Santos

Doutorando em Sistemas de Gestão pelo Departamento de Desenho Técnico da Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense. É professor em programas de pós-graduação lato sensu e de cursos voltados para formação, capacitação e

desenvolvimento de servidores públicos principalmente nas áreas relacionadas a Tecnologia da Informação, Licitação e Contratos e Sustentabilidade. Já atuou como consultor de diversas organizações públicas e privadas. Atualmente, do ponto de vista da pesquisa acadêmica, modelos de ecoeficiência em processos logísticos sustentáveis e gestão de contratos administrativos tem sido seu maior foco de interesse. Ao longo dos 25 anos de sua carreira profissional atuou na prática em atividades de administração de licitações e fiscalização contratual, além de ter participado com instrutor em diversos eventos de treinamento voltados para o setor público. Alberto é Mestre em Sistemas de Gestão pelo Departamento de Engenharia de Produção da UFF, possui pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade Candido Mendes, além de ter ampla formação complementar desenvolvida por meio de cursos de extensão universitária, atualização e capacitação profissional em instituições de ensino como a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e a Fundação Getúlio Vargas – FGV.